

O PROBLEMA DO MAL EM *O LIVRE-ARBÍTRIO* DE AGOSTINHO DE HIPONA

Lucas da Conceição Sousa*

Resumo: Este artigo apresenta, a partir da perspectiva filosófica de Agostinho de Hipona, uma reflexão acerca do problema do mal em sua obra *O livre-arbítrio*. De onde provém o mal que fazemos? Se Deus é o autor de todas as coisas do mundo, ele não seria, também, o autor do mal? Estas perguntas inquietaram Agostinho que forneceu uma explicação original sobre o problema do mal, enquanto não ser existente, cuja origem está vinculada ao livre-arbítrio da vontade humana.

Palavras-chave: Agostinho. Mal. Livre-arbítrio. Vontade.

103

1. INTRODUÇÃO

A dúvida que intrigou Agostinho e norteia este artigo baseia-se na questão levantada não somente por filósofos, mas por todos os seres humanos: como é possível um Deus bom criar um mundo contendo o mal? Este problema que Agostinho procurou responder é um tema antigo e dinâmico da Filosofia. Estudar as principais obras deste grande retórico, filósofo e santo da Igreja possibilita conhecer a riqueza de seu pensamento e, ao mesmo tempo, entender o motivo de sua relevante influência em toda a cultura ocidental, para além das questões estritamente teológicas.

Em *O livre-arbítrio*, obra norteadora deste trabalho, o bispo de Hipona apresenta uma explicação original sobre este tema que o inquietou durante toda a sua vida. Agostinho concebe e analisa o mal a partir das perspectivas metafísica, física e moral. O mal metafísico é a mera privação do bem. O mal físico responsável pela dor e sofrimento é consequência do

* Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) e pelo Instituto de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias (IFNSV). E-mail: lucasconceicaos@hotmail.com. Uma versão ampliada deste texto, com título diferente, foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) junto ao Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR).

pecado original. O mal moral está relacionado à liberdade e à responsabilidade do homem que, agindo mal, subverte a lei eterna de Deus. O filósofo de Hipona demonstra, racionalmente, que Deus, sendo o Sumo Bem, não pode ser o autor do mal. O mal é o nada, o não-ser, a pura privação do bem e sua origem está vinculada à liberdade da vontade humana. Desse modo, a causa da presença do mal no mundo deriva do abuso do livre-arbítrio, dom concedido pelo Criador ao ser humano para que auxiliado por sua graça decida-se por Ele, o Sumo Bem.

Verifica-se que os estudos em torno deste respeitável filósofo e teólogo não terminaram. Seu pensamento continua contribuindo para a compreensão desta dúvida da filosofia cristã que permanece atual: porque num universo criado por um Deus bom existem os males, experimentados na doença, nos crimes, na morte? Assim, a partir destas e de outras questões, o texto que ora apresento buscará apresentar a concepção agostiniana sobre o mal através das seguintes temáticas: a não existência do mal metafísico; o livre-arbítrio da vontade humana como resposta para o problema do mal; o mal físico como consequência do pecado original; a razão do Criador ter concedido ao homem o livre-arbítrio, e a relação da presciência e da graça divina com o livre-arbítrio humano.

2. A NÃO EXISTÊNCIA DO MAL METAFÍSICO

Em *O livre-arbítrio* (395), obra escrita na forma de diálogo entre Agostinho e seu amigo Evódio, o autor, já convertido ao cristianismo e tendo recebido influência de diversos filósofos, discorre sobre vários assuntos, sendo os temas centrais a liberdade e o mal.

O problema do mal, assunto que intrigou Agostinho durante toda sua vida, está situado num contexto cristão no qual o filósofo procura desvendar por qual razão existe o mal em um mundo criado por um Deus que, em essência, é bom. Ele, sendo bom, também criou o mundo bom, porém, o bem do mundo não é completo, pois o bem completo só existe no Sumo Bem. O homem e o mundo são imperfeitos por não conterem algo do perfeito. Este perfeito que não está no homem nem no mundo encontra-se em Deus. Estas partes do mundo que não são completas são a ausência, a privação do bem completo, chamado de mal¹. Gillian R.

¹ MAL. Este termo tem uma variedade de significados tão extensa quanto a do termo *bem* (v.), do qual é correlativo. Do ponto de vista filosófico, entretanto, é possível resumir essa variedade em duas interpretações fundamentais dadas a essa noção ao longo da história da filosofia: 1ª

Evans, em seu livro sobre o assunto, reafirma esta conclusão de Agostinho ao dizer que:

Se tudo o que existe é bom, segue que o que está destituído de bondade está desprovido de existência (*Conf.* VII, XII, 18). Inclusive coisas corrompidas são boas, pois se não houvesse nada de bom nelas, não haveria nada aí que pudesse corromper-se. Se fosse possível tirar das coisas toda bondade, elas não mais existiriam. O mal começa a parecer como que um tirar fora, uma privação, uma tendência ao nada, antes que um *locus inanis*, uma bolsa de nada num mundo bom. Uma vez que percebeu esta possibilidade, Agostinho viu que não precisava mais tentar entender poderia haver um lugar corpóreo para o mal no universo, “onde” ele está, “donde” vêm, e ou como ele “entra” num universo que está cheio do Ser divino (EVANS, 1995, p. 61).

Se retirarmos uma parte do bem supremo (Deus), esta parte será a ausência de bem. É esta parte separada do bem total que conhecemos como mal. Desse modo, interpretamos, erroneamente, que o mal existe e que o contrário do mal é o bem. Na realidade, o contrário do bem não é o mal, pois este não existe, logo, é o nada. Esta ideia está presente ao longo da obra *O livre-arbítrio*, mas também se encontra na Prece a Deus, no início dos *Soliloquios*.

Deus, por quem tende a ser tudo aquilo que por si só não existiria. Deus que não permites que pereça nem mesmo aquilo que se destrói. Deus, que do nada criaste este mundo, o qual acham bellissimo os olhos de todos os que o contemplam. Deus, que não fazes o mal e fazer que este não seja pior. Deus, que mostras aos poucos, que se aproximam do que é verdadeiro, que o mal é nada (AGOSTINHO, 1998, I, I, 2, p. 16).

Transcorrida esta primeira fase das suas especulações e definido o mal metafísico como a ausência do bem, Agostinho indica em que direção ele pretende situar a questão do mal.

noção metafísica do M., segundo a qual este é o não-ser, ou b) uma *dualidade* no ser; 2ª noção subjetivista, segundo a qual o M. é o objeto de aptidão negativa ou de um juízo negativo (Cf. ABBAGNANO, 1998 p. 638).

3. O LIVRE-ARBÍTRIO DA VONTADE HUMANA É A RESPOSTA PARA O PROBLEMA DO MAL

O hiponense declara que uma vez que Deus é o sumo Bem não é possível que Ele seja o autor do mal. Sua causa, portanto, deve ser buscada nas ações humanas. Em outros termos, a questão não é de natureza ontológica e sim antropológica; o foro que esta questão deve ser discutida é no interior da ação humana, ou seja, o tema diz respeito ao mal moral². O bispo de Hipona, ao afirmar que o homem é o ser responsável pela sua livre decisão, isenta Deus da acusação de ser o autor do mal.

Antes de sua conversão, Agostinho buscou de maneira errada a origem do mal, como ele mesmo relata em suas *Confissões*. Nesta nova fase de sua vida, ao elucidar que o problema do mal está no homem e não no Criador (o Sumo Bem), ele consegue adequar racionalmente sua resposta à doutrina cristã, da qual ele se torna adepto e defensor.

Segundo ele, a única fonte do pecado é o abuso do livre-arbítrio, ou seja, uma má escolha feita pelo homem ao transgredir a ordem estabelecida pelo Criador de todas as coisas. A vontade livre é:

Assim, pois, a vontade obtém, no aderir ao Bem imutável e universal, os primeiros e maiores bens do homem, embora ela mesma não seja senão um bem médio. Em contraposição, ela peca, ao se afastar do Bem imutável e comum, para se voltar para o seu próprio bem particular, seja exterior, seja inferior. Ela volta-se para seu bem particular, quando quer ser senhora de si mesma; para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se de coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito; e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo (AGOSTINHO, 1995, III, 16, 45, p. 141).

O problema do mal está relacionado ao homem, que diferente dos outros animais, possui razão ou inteligência para escolher livremente (o livre arbítrio) o Criador. Mas ao transgredir essa ordem ocorre o pecado³,

² MORAL 1. O mesmo que Ética. 2. Objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, conjunto dos *mores*. [...] MORAL 2. Este adjetivo tem, em primeiro lugar, os dois significados correspondentes aos do substantivo moral: 1^o atinente à doutrina ética, 2^o atinente à conduta e, portanto, suscetível de avaliação M., especialmente de avaliação M. positiva. Assim, não só se fala de atitude M. para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivamente valoráveis, ou seja, boas (ABBAGNANO, 1998 p. 682).

³ PECADO. Transgressão intencional de um mandamento divino. Esse termo tem conotação sobretudo religiosa: P. não é a transgressão de uma norma moral ou jurídica, mas a

a vontade corrompida, a má vontade, o mal moral: “em síntese, a má vontade (o pecado) é, ao mesmo tempo, causa e efeito do mal (o pecado)” (COSTA, 2002, p. 340).

Agostinho questiona a afirmação segundo a qual Deus, na condição de Criador de tudo, era também o autor do mal. Ele constata que Deus, enquanto Sumo bem, não pode ser ou agir mal. A ação de praticar o mal ou o bem dependem da liberdade, concedida por Deus ao ser humano. O mal, portanto, não é algo ontológico, mas posto por cada indivíduo no ato de escolher, no contexto da ação. Ele confirma esta autoria humana sobre o mal em seu diálogo com Evódio:

Ag. Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. [...]

Ev. Haverá então algum outro autor do primeiro gênero de mal, uma vez estar claro não ser Deus?

Ag. Certamente, pois o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Mas caso me perguntes quem o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação (AGOSTINHO, 1995, I, 1, p. 25).

107

Agir mal não é questão de fazer o mal, é questão de querer fazer o mal e este querer estar no campo das escolhas. Agir mal está intimamente ligado ao campo da ação, revela uma ação de quem é livre. Verifica-se que um pressuposto fundamental do mal moral é a liberdade, que propicia a oportunidade de escolher. Os qualificativos bom ou mal não estão presentes no ato da escolha; surgem apenas depois da escolha realizada, uma vez que escolher é sinônimo de agir.

É importante destacar que a natureza humana, ou seja, sua essência é boa, pois, como todas as outras coisas, fora criada pelo Sumo Bem: “tudo o que é bom procede de Deus” (AGOSTINHO, 1995, II, 1, 1, p. 73). A natureza, a essência tal qual a vontade concedida por Deus ao

transgressão de uma norma considerada imposta ou estabelecida pela divindade. O reconhecimento do caráter divino de uma norma e a intenção de transgredi-la são os dois elementos desse conceito, sem os quais se confunde com os conceitos de culpa, delito, erro, crime, etc, que designam a transgressão de uma norma moral ou jurídica. O conceito de P. foi elaborado pela teologia cristã nesses termos. S. Agostinho definia o P. como “o que é dito, feito ou desejado contra a lei eterna”, entendendo por lei eterna a vontade divina cujo fim é conservar a ordem no mundo e fazer o homem desejar cada vez mais o bem maior e cada vez menos o bem menor (*Contra Faustum*, XXII, 27) (ABBAGNANO, 1998 p. 746).

homem é boa, pois também ela fora dada para que o homem viva com retidão, honestidade e atinja a sabedoria.

O homem é livre para fazer uso de sua vontade, que deveria ser utilizada para o bem, porém, quando peca, é ele o responsável pelo pecado, uma vez que ele o comete voluntariamente. O pressuposto da ação é sempre a liberdade, ou seja, mesmo que a escolha se mostre má o homem não a escolheu por que foi obrigado por alguém ou por sua natureza, mas escolheu por vontade própria, como relata Agostinho:

Cada um é responsável pelo que recebeu. Portanto, se o homem tivesse sido criado de tal modo que pecasse inevitavelmente, seu dever seria pecar. E ao pecar, portanto, faria o que devia, e não faria senão seguir a lei da natureza. Mas já que seria crime falar dessa maneira, segue-se que ninguém é obrigado por sua natureza a pecar. Tampouco é obrigado a ser levado por uma natureza alheia, porque ninguém peca sujeitando-se ao que não quer, por própria vontade. Com efeito, caso se sujeitar justamente a isso, seu pecado não está em que se sujeitou contra sua vontade. Mas só peca quando age voluntariamente, de maneira a dever padecer com toda justiça o que não teria querido sofrer. Pois por outro lado, se o aceitasse injustamente, como pecaria? Efetivamente, o pecado não consiste em suportar alguma coisa injustamente, mas sim em praticar algo injustamente. Posto que ninguém está forçado a pecar, nem por sua própria natureza, nem pela natureza de outro, logo só vem a pecar por sua própria vontade (AGOSTINHO, 1995, III, 16, 45, p. 203).

108

Assim, o motivo que provoca todos os males e as suas consequências não está na natureza, mas no pecado (ação em desacordo com uma norma), mal moral realizado pelo homem *aversio a Deo* e *conversio ad creaturam*. O mal moral é o pecado, ou seja, a vontade desarrumada, contrária à ordem da criação de todas as coisas criadas e boas.

4. O MAL FÍSICO É CONSEQUÊNCIA DO PECADO ORIGINAL

Em sua busca de fornecer uma explicação acerca do problema do mal, Agostinho trata sobre o mal físico que, segundo ele, é a consequência do pecado original⁴. Este erro cometido por Adão teve como consequência

⁴ PECADO ORIGINAL. As discussões filosófico-teológicas a respeito do P. original geralmente tiveram como objeto a maneira como esse P. se transmitiu de Adão aos outros homens. S.

a punição do Criador com a perda da imortalidade humana e a sujeição aos males físicos como a dor, a doença e os sofrimentos corporais:

Dessa maneira, aprouve, muito justamente a Deus, que governa soberanamente todas as coisas, que nascêssemos daquele primeiro casal, com ignorância e dificuldade no esforço e na mortalidade. Isso porque, ao pecarem, eles foram precipitados no erro, na dor e na morte (AGOSTINHO, 1995, III, 20, 55, p. 212-213).

Assim, de acordo com o hiponense, os males físicos advindos das doenças, dos sofrimentos e da morte, experimentados pelos homens, são efeitos provocados pelo pecado original, mal moral cometido por Adão. Deus não criou um estado de mortalidade ou o mal físico porque Ele é mal ou quer o mal. O mal revela apenas uma condição antropológica, ou seja, é uma condição momentânea até que o pecador perceba o que de fato é importante na sua vida. É importante destacar que o fato de Agostinho tratar o problema do mal sob a perspectiva antropológica, cuja causa e efeito é o pecado do homem não significa dizer que ele está considerando o mal como uma substância. O mal na dimensão ontológico-metafísica continua sendo um não-ser, ou seja, um distanciamento da vontade humana ao bem.

Em nossa experiência cotidiana não há como não constatar a existência da injustiça, da iniquidade, da corrupção, da miséria, das tragédias. Estes males, estas maldades vistas no mundo, não devem ser situadas nas coisas como algo concreto, mas direcionadas para o campo da moral. Luis Cesar Oliva, em sua obra *O mal*, expõe os exemplos do cigarro e do nazismo, males experimentados pela humanidade, cuja causa está relacionada não a um ser mal, mas ao pecado, ao mal moral cometido

Tomás de Aquino enumerava duas hipóteses principais, aduzidas para a solução desse problema: a hipótese do *traducianismo*, segundo a qual "a alma racional transmite-se com a semente, de tal maneira que de uma alma infecta derivam almas infectas", e a hipótese da *hereditariedade*, segundo a qual "a culpa da alma do primeiro genitor transmite-se à prole, embora a alma não se transmita do mesmo modo como os defeitos do corpo se transmitem de pai para filho". Ambas as hipóteses pareciam insustentáveis a S. Tomás de Aquino, e ele anunciava a sua dizendo que "todos os homens nascidos de Adão podem considerar-se um único homem, porquanto têm a mesma natureza, recebida do primeiro genitor, da mesma maneira como nas cidades todos os homens que pertencem à mesma comunidade se julgam um só corpo, e a comunidade inteira é como um único homem" (II, 1, q. 81, a. 1). Alguns séculos depois, em sua *Teodiceia* (1710), Leibniz enumeraria as mesmas hipóteses (*Teod.*, I, § 86), entre as quais oscilou sempre o pensamento teológico (ABBAGNANO, 1998 p. 747).

pelo próprio homem na corrupção da vontade, como expressão do mau uso do livre arbítrio:

Afinal, o que significa dizer que Hitler foi mau ou que o cigarro é mau? No primeiro caso, temos a imensa deturpação moral de um homem que levou a um genocídio de enormes proporções. No segundo caso, temos o abuso de uma droga recreativa que leva à destruição da saúde. Em ambos os casos, porém, o mal não está na realidade da coisa: nem no homem Hitler, com seu corpo e sua mente próprios, nem no objeto particular que é o cigarro. Não fosse por suas ideias e ações, Hitler seria inofensivo. Não fosse fumado sistematicamente, o cigarro seria apenas um amontoado de papel e ervas. Como coisas existentes, nenhum deles é um mal. [...] o que indica a ação do mal é a corrupção. [...]. Só há corrupção de outras substâncias, as quais, enquanto se corrompem, não podem ser puramente más. O que elas podem ter é menos ser, menos realidade do que tinham ou deveriam ter, devendo-se isto ao processo de corrupção (OLIVA, 2013, p. 26).

O problema do mal deve ser analisado como um traço antropológico, pois o afastamento da vontade humana do bem é em si uma conduta má e gera consequências más. O ponto de vista do cristianismo, este movimento de afastar-se do bem, está ligado ao pecado, ou seja, a origem deste movimento danoso não está numa natureza má e sim na renúncia do homem cuja natureza é boa e tende ao seu Criador.

Agostinho não diz que o problema do mal está nas coisas temporais, pois estas tendo sido criadas por Deus são, em si, boas, mas tal problema está no mau uso dessas coisas pelo homem. O hiponense cita o exemplo dos órgãos das mãos, pés e dos olhos, com os quais os homens podem cometer atos vergonhosos ou cruéis, o que não implica acreditar que estes não deveriam ter sido dados, visto que são bens, mas o modo como o homem os utiliza que pode ser mal.

5. PORQUE DEUS CONCEDEU O LIVRE-ARBÍTRIO AO HOMEM?

Agostinho questiona se teria Deus acertado em conceder esta liberdade que dá ao homem a oportunidade de praticar o mal moral. De acordo com o filósofo Deus acertou, pois, o livre-arbítrio é um bem, uma capacidade de escolher e querer ser bom. É o querer, no sentido profundo de desejar, que faz o homem transcender a sua animalidade e ser bom.

Escolher o bem conduz o homem à felicidade, porque o querer bem é querer o próprio Deus. Esta é uma das razões pelas quais Deus quis dar ao homem o livre-arbítrio, como explica Agostinho a Evódio:

1. Ev. Se possível, explica-me agora a razão pela qual Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio da vontade, já que, caso não o houvesse recebido, o homem certamente não teria podido pecar.

Ag. Logo, já é para ti uma certeza bem definida haver Deus concedido ao homem esse dom, o qual supões não dever ter sido dado (AGOSTINHO, 1995, II, 1, 1, p. 73).

Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente sem pecar. [...] se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. (AGOSTINHO, 1995, II, 1, 3, p. 75).

Deus não tirou a oportunidade do homem de ser bom por causa do mal, mas quis ensinar, oferecer-lhe mecanismos para que ele não agisse mal, sem podá-lo de sua liberdade. Percebe-se que o homem para ser bom ou mau deve antes de tudo ser livre. De fato, Deus dá ao homem o livre-arbítrio que é sinônimo de oportunidade de escolher, de optar por um dos dois caminhos: o do bem ou o do mal. Deste modo, não é possível afirmar que a criatura humana está determinada, condicionada ao mal, ou seja, a afastar-se do bem. Salienta-se que o homem não é influenciado ou coagido por qualquer força externa, não é uma marionete predeterminado pelo Criador, mas possui a capacidade de decidir, dispor de sua vontade livremente como desejar.

111

6. A RELAÇÃO DA PRESCIÊNCIA E DA GRAÇA DIVINA COM O LIVRE-ARBÍTRIO HUMANO

A presciência do Criador não anula o livre-arbítrio humano. Em outras palavras, o saber que Deus possui de tudo o que está por vir não interfere na vontade do homem. Agostinho, no capítulo VIII de sua obra *Cidade de Deus*, afirma que há o “poder de um Deus supremo que – acreditamo-lo da melhor vontade e em toda a verdade –, conhece todas as coisas antes que elas aconteçam e nada deixa em desordem. É dele que

vêm todos os poderes, embora dele não venham todas as vontades” (AGOSTINHO, 1996, p. 483). Na mesma obra, no capítulo nove, Agostinho prossegue justificando que a presciência de Deus não coíbe a vontade livre do homem:

[...] não só que Deus conhece todos os acontecimentos antes que eles se verifiquem, mas também que fazemos voluntariamente tudo o que sabemos e temos consciência de que o fazemos apenas porque o queremos (AGOSTINHO, 1996, p. 483).

Portanto, o Criador, em sua presciência, conhece tudo o que acontecerá e, mesmo sabendo que o homem poderá cometer o pecado, não interfere na sua vontade; mas sendo justo não o isenta de sofrer as consequências de suas más escolhas. Na sua obra *O livre-arbítrio*, Agostinho afirma que é justa a punição do homem por ter utilizado de forma equivocada o livre-arbítrio da sua vontade:

Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? [...] Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus. Conclusão, era necessário que Deus desse ao homem vontade livre (AGOSTINHO, 1995, II, 1, 3, p. 74-75).

Conforme o trecho acima, o autor afirma que o Criador quis que o homem possuísse a vontade livre, sem a qual ele não poderia viver

retamente. A vontade, tendo sido concedida com esta intenção, e não para alguém se servir dela para pecar, é qualificada como sendo justo o castigo sofrido em decorrência do pecado, assim como é justa a recompensa dada por quem soube usar de sua vontade livre.

Deus criou o homem com a ordenação natural de viver em nome da sua razão para com ela buscá-lo. Esta ordem natural é invertida quando o homem, concebido como ser livre, submete sua razão em nome de uma vida material e meramente animal, esquecendo-se de sua origem divina. Pois o uso da razão é o uso da propriedade específica do homem que o distingue dos animais e o eleva à categoria de criatura divina, acima das demais criaturas. A ordem natural do homem não é a negação do mundo, mas uma vida submetendo os bens materiais para servir a razão nesse processo de agir, pensar, refletir, procurar Deus.

Agostinho assegura que a vontade humana necessita da graça divina para voltar a unir-se ao seu Criador:

A ação salvífica visa fazer retornar a vontade humana ao seu equilíbrio original, capaz de escolher livremente entre o bem e o mal. Depois da queda, só podia escolher o mal. Deus salva o homem por ação da graça, que opera dando-lhe a fé. É a fé que os faz justos; faculta-lhes retornar à liberdade plena, à vontade do bem e às boas obras (EVANS, 1995, p. 243).

113

A graça⁵ é um dom, um socorro divino a vontade humana para auxiliá-lo na escolha do bem. A graça divina, este remédio para o mal moral, está relacionada com a razão, a capacidade de o homem conhecer a ordem dos seres criados por Deus e respeitá-la. Para compreender o papel

⁵ GRAÇA. Em geral, *dom gratuito*, sem retribuição; mais especificamente, em sentido teológico, o dom da salvação ou de alguma condição essencial da salvação que Deus oferece ao homem, independentemente dos méritos (se existirem) do próprio homem. Nesses termos, a G. foi descrita na *Epístola aos romanos*, de S. Paulo. O problema da magnitude e dos limites da G. sempre foi fundamental no cristianismo. Marcou o ponto culminante da atividade filosófica e teológica de S. Agostinho e, depois de inúmeras discussões medievais, representou um dos maiores conflitos entre a Reforma e o Catolicismo pós-tridentino. Reduzido a seus termos essenciais, o problema pode ser expresso da seguinte maneira. É doutrina fundamental do cristianismo que a salvação não é possibilidade humana. A revelação e a encarnação do Cristo são os instrumentos indispensáveis que, suprimindo a deficiência da natureza humana, reduzida ou corrompida pelo pecado original, lhe retribuem a possibilidade de salvação. [...]. Segundo S. Agostinho, a vontade só é livre quando não dominada pelo vício e pelo pecado e é essa a liberdade que só pode ser devolvida ao homem pela G. de Deus (*Ibid.*, XIV, 11). Desse ponto de vista, o homem não possui méritos próprios, válidos perante Deus: seus méritos são dons divinos que devem ser atribuídos a Deus e não a si mesmo (*De gratia et libero arbitrio*, 6) (ABBAGNANO, 1998 p. 488-489).

da graça no pensamento de Agostinho, é necessário levar em consideração a experiência pessoal de Agostinho e a luta teórica que ele travou contra o pelagianismo em defesa da fé cristã. Pelágio foi um monge bretão contemporâneo de Agostinho (c. 360-c. 420) defensor de uma doutrina considerada herética pela Igreja, ou seja, uma doutrina rejeitada como falsa que afirmava, em síntese, que o homem tem forças para, através de seus próprios méritos, afastar-se do mal.

Para inibir as dúvidas levantadas pelo monge Pelágio, o bispo Agostinho elaborou uma doutrina segundo a qual o homem necessita do auxílio da graça para não se afastar do Sumo Bem. No pensamento do filósofo, a vontade corrompida pelo pecado original de Adão tende a querer o mal. Por esse motivo, o homem necessita da cooperação do Criador, sem o qual não poderá, iluminado apenas pela razão, rejeitar o mal e praticar o bem.

A graça coopera com a liberdade humana prejudicada pelo pecado. Agostinho e a tradição cristã não definem a graça como um favor imerecido aos homens pelo pecado original cometido pelo primeiro homem. Esse dom gratuito do Criador neutraliza a consequência da falta de Adão. A vontade humana, uma vez que foi corrompida pelo pecado original, é incapaz de aproximar-se do bem e por conta desta fraqueza necessita do socorro, da intervenção divina. Agostinho em sua obra *A graça* (II) diz que:

Se nesta vida, marcada pela fraqueza (na qual convinha que se aperfeiçoasse a virtude para reprimir a presunção), se nesta vida, repito, fossem deixados por conta de sua vontade para ficar, se quisessem, com a ajuda de Deus, indispensável para a perseverança, e Deus não atuasse sobre a vontade, esta sucumbiria devido à sua fraqueza, situados que estão no meio de tantas e tão sedutoras tentações. Portanto, não poderiam perseverar pelo fato de não quererem, ao serem vencidos, pela fraqueza, ou não terem a vontade necessária para serem capazes (AGOSTINHO 1998, p. 125).

Portanto, a vontade deveria inclinar-se para os bens superiores, mas ela pode optar pelos bens inferiores, preferindo a criatura em detrimento do Criador. Por isto, é necessário o auxílio da graça que não suprime a vontade, mas auxilia o homem no bom uso do seu livre-arbítrio, em outras palavras favorece-o a dispor de sua liberdade de forma responsável.

Esta é uma relação possível entre a graça divina e a liberdade humana, como indica a tradutora da obra *O livre-arbítrio*. “Assim, o homem que estiver mais completamente dominado pela graça de Cristo será também o mais livre” (OLIVEIRA, 1995, p. 18). É importante salientar que os conceitos de livre-arbítrio, vontade e liberdade possuem significados próprios no pensamento de Agostinho. O livre-arbítrio é a capacidade que todos os homens possuem de escolher entre o bem e o mal. A vontade é um movimento que impulsiona o homem rumo à escolha. A liberdade, na concepção deste filósofo, é a capacidade do homem dispor do arbítrio da vontade para o bem. A verdadeira liberdade apresenta-se, no homem, como capacidade de usar bem o livre-arbítrio, através das suas escolhas.

Ao Criador apenas a unidade diz respeito: “[...] todos os seres, quer eles causem dano ou sofram dano; quer causem agrado ou recebam agrado, insinuem e proclamam a unidade do Criador” (AGOSTINHO, 1995, III, 23, 70, p. 232). Segundo Agostinho, o ser humano, antropologicamente existente, possui uma ligação ontológica, com o Criador. Por isso ele não encontra sossego enquanto não encontrar a Deus, seu fim último, para qual fora criado. Portanto, o homem é, ontologicamente, no pensamento de Agostinho um ser que existe para Deus.

115

7. CONCLUSÃO

Na presente dissertação buscou-se evidenciar o pensamento de Agostinho acerca do mal em *O livre-arbítrio*, tema que o inquietou durante toda sua existência.

É uma constante, ao longo de toda a obra *O livre-arbítrio*, a busca de Agostinho para uma explicação da causa para o mal. Uma vez que o mal é o nada, o não ser, a pura privação do bem; sua origem também fica esclarecida, ela está vinculada à liberdade da vontade humana. Na referida obra, Agostinho consegue demonstrar, racionalmente, que o problema do mal está ligado à sua origem e que, uma vez que não está em Deus, que é ricamente bom e justo, encontra-se no homem e é posto em movimento através do seu livre-arbítrio e de suas escolhas. O livre-arbítrio constitui um presente de Deus para que o homem não escolha o mal, mas com sua liberdade e, auxiliado por sua graça, decida-se por Ele.

É importante considerar que Agostinho em sua solução à questão do mal remete a uma filosofia cristã, segundo a qual o mal é fruto de uma vontade desregrada do homem, enquanto responsável pelo dom recebido do Criador, o livre-arbítrio. Em sua obra *O livre-arbítrio*, o objetivo de Agostinho de preservar Deus da acusação de ser o autor do mal é alcançado, pois, ao invés de ser a causa do mal, o Criador é considerado o autor de todos os bens. Deus não pode jamais ser considerado o autor do mal que tem sua origem no livre-arbítrio da vontade humana. Portanto, o problema do mal está relacionado com a responsabilidade do homem, ser racional e livre que, auxiliado pela graça divina, deve buscar a plena felicidade, que está somente em Deus.

Verifica-se que a resposta encontrada por Agostinho sobre a problemática do mal não deve ser considerada definitiva; pois sua pertinência, profundidade e originalidade serviram de fundamentação teórica para diversos pensadores que posteriormente discutiram sobre este tema. Filósofos medievais como Anselmo de Bec, Bernardo de Claraval, Pedro Abelardo, Tomás de Aquino, entre outros prosseguiram o debate em torno da questão do mal enquanto fruto do livre-arbítrio e do pecado desenvolvida por Agostinho. Este gênio da humanidade conciliando fé e razão apresentou uma explicação sobre o mal, um dos grandes problemas da filosofia, que se tornou referência durante séculos, uma vez que os temas debatidos na obra *O livre-arbítrio* conservam sua validade e atualidade.

116

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, 1901- **Dicionário de filosofia**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

_____. **A graça (II)**. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. **Confissões**. 25 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

_____. **O livre-arbítrio**. 3ed. São Paulo: Paulus, 1995 (Coleção Patrística).

_____. *Solilóquios; Vida feliz*. São Paulo: Paulus, 1998.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho*. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

EVANS, G. R. *Agostinho sobre o mal*. São Paulo: Paulus, 1995.

OLIVA, Luís César. *O mal*. São Paulo: Barcarolla; Discurso Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Nair de Assis. Introdução. In: AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. 3ed. São Paulo: Paulus, 1995, p. 11-21.



Lucas da Conceição Sousa

<http://lattes.cnpq.br/6661011302891477>

117